

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL EM SANTA CATARINA: A AGLOMERAÇÃO INDUSTRIAL TÊXTIL-VESTUARISTA E AS EXPERIÊNCIAS DE PLANEJAMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Elaine Cristina de Oliveira Menezes¹, Luciana Butzke²

¹UFSC/UNIVALI, e-mail: elaine@cfh.ufsc.br
²FURB/UNIFEBE, e-mail: vbutzke@terra.com.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo resgatar experiências de desenvolvimento, sintonizados com o desenvolvimento territorial sustentável, no Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Para tanto, buscou-se avaliar a aglomeração industrial têxtil-vestuarista e as experiências de planejamento tendo em vista a dinamização e a integração progressiva de iniciativas locais rumo ao desenvolvimento territorial sustentável. A região em pauta contou com dois estudos integrados. Um estudo sobre a dinâmica do setor industrial de confecção e outro sobre o associativismo municipal e sua relação com o sistema de planejamento. Os estudos demonstram as limitações relacionadas a articulação da atividade industrial com a questão ecológica e com o longo prazo, bem como, as dificuldades do modelo de planejamento do desenvolvimento. Todavia, também podem ser apontadas margens de manobra que demonstram uma internalização gradativa da dimensão socioambiental e uma maior sinergia entre os atores locais. Numa visão prospectiva, observa-se a necessidade de serem estimuladas, a partir de uma construção coletiva, propostas que assumam o desenvolvimento territorial sustentável como referência.

Palavras-chave: desenvolvimento territorial sustentável. Alto Vale do Itajaí. Santa Catarina.

1 Introdução

A trajetória de desenvolvimento de Santa Catarina conta com sistemas produtivos baseados nos pequenos empreendedores, estrutura fundiária com característica da pequena propriedade, população bem distribuída, regiões especializadas em determinados setores industriais, um grande número de instituições (públicas e privadas) promotoras do desenvolvimento local e paralelo a isso poucas intervenções governamentais (VIEIRA; CUNHA, 2002).

As mudanças globais e a reestruturação produtiva nos anos 90 levaram a algumas modificações no modelo/padrão catarinense de desenvolvimento: transformação das estruturas dos aglomerados industriais locais, prestação de serviços de alta tecnologia, criação de cooperativas e atividade turística. A dinâmica desenvolvimentista começa a esboçar sinais de crise a partir dos anos 80 e Santa Catarina apesar de suas singularidades, também sofre com o elevado êxodo rural, aumento dos problemas urbanos e degradação ecossistêmica.

Vieira e Cunha (2002) afirmam a necessidade de um novo estilo de desenvolvimento que harmonize objetivos econômicos, sociais, políticos e ecológicos. A fim de contribuir para esse debate surgiu em 2004 o grupo de pesquisa em

Desenvolvimento Territorial Sustentável ligado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política e ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da UFSC, a Universidade Federal de Campina Grande na Paraíba, a Universidade de Tour na França e outras instituições. O esforço do grupo, apoiado pelo acordo CAPES/COFECUB, está em resgatar trajetórias de desenvolvimento que tenham evidências de processos regeneradores, inspirados no enfoque do ecodesenvolvimento, em curso nos dois estados (Santa Catarina e Paraíba) e avaliar comparativamente os trunfos e fragilidades, as oportunidades e ameaças na dinamização de iniciativas relacionadas a esta temática.

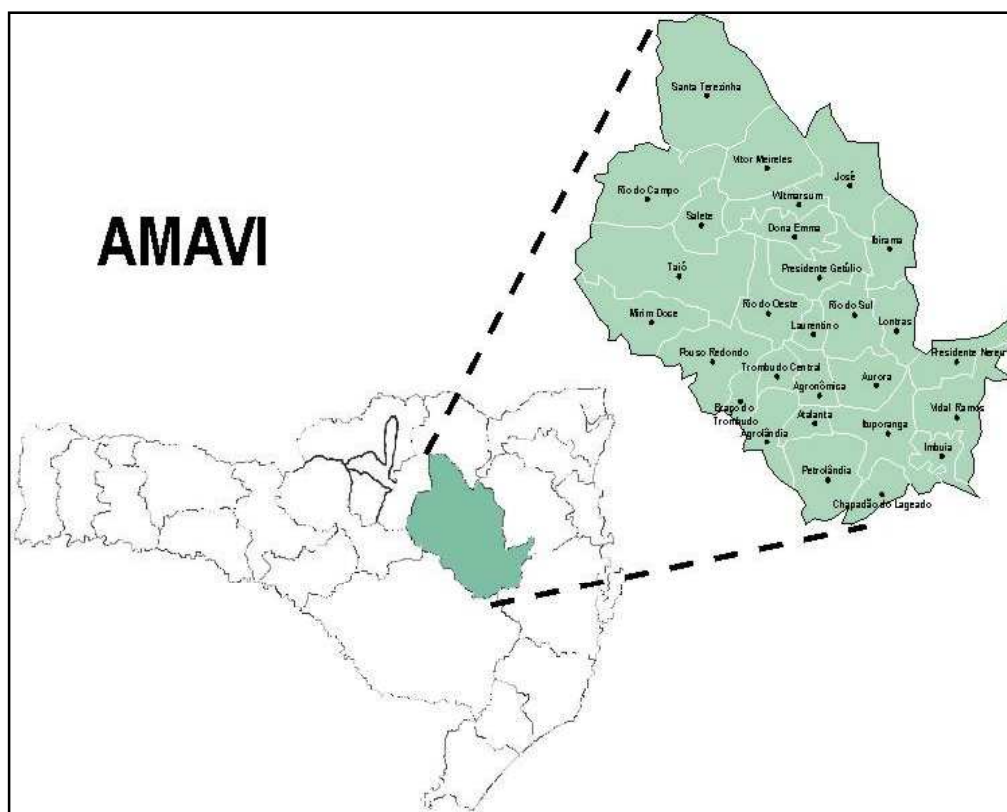
Como parte do projeto “Desenvolvimento Territorial Sustentável” foi realizado em 2004 um diagnóstico preliminar de Santa Catarina cruzando dados sócio-ambientais, econômicos e culturais a fim de identificar possíveis experiências em territórios que apontassem na direção do desenvolvimento territorial sustentável. Nesse diagnóstico a região do Alto Vale surgiu como uma possibilidade devido aos bons indicadores político-institucional, socioeconômico e técnico, ecológico, cultural e escalar. Como o projeto conta com uma equipe interdisciplinar, a região em pauta foi alvo de alguns estudos, dentre eles, a análise do sistema econômico (MENEZES, 2006) e das experiências de planejamento (BUTZKE, 2007), que serão tratados neste artigo.

Conforme mencionado acima, o Estado de Santa Catarina até a década de 1980/1990 contava com a atividade industrial pungente e também com instituições locais atuantes. Ocorre que, com a reestruturação produtiva a atividade industrial foi afetada. Neste período, emergiu no Alto Vale do Itajaí o segmento têxtil-vestuarista que será alvo de análise acerca do seu impacto social, econômico e ambiental (MENEZES, 2006). O associativismo municipal originou-se em Santa Catarina na década de 1960 e configurou-se numa regionalização que se faz presente até hoje no Estado. Ao longo de sua trajetória, as associações de municípios participaram de iniciativas de planejamento em conjunto com governos federal e estadual e, o papel da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí [AMAVI] é analisado a fim de verificar sua contribuição no planejamento regional e urbano de Santa Catarina tendo como referência o planejamento do desenvolvimento territorial sustentável (BUTZKE, 2007). Se, no campo econômico incide a reestruturação produtiva, no campo do planejamento além desta, incide a redemocratização do país após o término da ditadura militar e a crescente incorporação da dimensão socioambiental nas agendas governamentais.

O objetivo deste artigo é analisar as interfaces presentes nos estudos integrados a fim de verificar em que medida o setor têxtil-vestuarista e a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí contribuem para o desenvolvimento territorial sustentável da região e de Santa Catarina. O artigo subdivide-se em seis partes. Esta introdução que situa os estudos num contexto espacial mais amplo e também na agenda de pesquisa sobre desenvolvimento e meio ambiente. A segunda parte apresenta uma breve caracterização do Alto Vale do Itajaí. A terceira parte traz a problemática socioambiental e as especificidades dos estudos de caso. A quarta parte delinea o referencial teórico-metodológico, o desenvolvimento territorial sustentável, utilizado na análise do impacto socioeconômico e ambiental do setor têxtil-vestuarista e também da atuação da AMAVI. Na quinta parte é feita uma síntese dos dois estudos e de suas interfaces. Na sexta e última parte são feitas as considerações finais, realizando um balanço das potencialidades e obstáculos ao desenvolvimento territorial sustentável no Alto Vale do Itajaí e sugerindo temas para possíveis estudos futuros.

2 Caracterização do Alto Vale do Itajaí

O Alto Vale do Itajaí localiza-se próximo à região central do estado de Santa Catarina, ocupa uma área de 7.514 km² (cerca de 7,68% da área total do Estado) e pertence ao Vale do Itajaí. O Alto Vale integra os seguintes municípios: Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Saleté, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meirelles e Witmarsum, conforme destacado na figura a seguir.



Fonte: IEL (2001, p. 10).

Figura 1. Mapa dos municípios integrantes do Alto Vale.

Na trajetória de desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí verifica-se que a colonização deu-se predominantemente pelas etnias alemã e italiana. Na época da chegada dos imigrantes europeus, em 1850, o Vale do Itajaí era povoado pelos índios Xokleng. O processo de colonização foi marcado por conflitos e inseguranças de ambas as partes. Estima-se que dois terços da população indígena acabou sendo dizimada nos primeiros anos de convívio e, os aproximadamente mil remanescentes que habitam a Reserva Duque de Caxias convivem até hoje à margem dos projetos de desenvolvimento da região.

Apesar de o Alto Vale já ser povoado quando alemães e italianos chegaram, a colonização, efetivamente, foi organizada em pequenas propriedades (de vinte hectares no máximo), devido a topografia acidentada típica dos vales. O desenvolvimento

econômico da região iniciou-se com a extração da madeira, agricultura e pecuária. O isolamento geográfico e econômico das frentes de colonização fez com que as pessoas ali sediadas produzissem quase tudo de que necessitavam para sobreviver (MENEZES et al, 2006).

A base econômica regional fundamentou-se pelas atividades de extração da madeira e agricultura de subsistência. O esgotamento do recurso florestal e as limitações impostas pela legislação acarretaram o declínio desse setor nas décadas de 1970 e 1980. Com efeito, o território acabou passando por um período de estagnação. Esse fato acarretou o fortalecimento de algumas atividades e o surgimento de outras, como é o caso do desenvolvimento do setor metal-mecânico e a estruturação do segmento têxtil-vestuarista. Os recentes fatos da trajetória econômica da região proporcionaram a diversificação das atividades econômicas. Nesse contexto ocorreu a evolução da atividade turística.

Destaca-se também que, dos 28 municípios do Alto Vale, em 17 municípios predomina a população rural. Do total de 242.610 habitantes, 57,47% vivem em área urbana e 42,53% vivem em área rural. A atividade agrícola pode ser considerada a mais importante da região. Cerca de 49% da população depende desse setor produtivo. Outros setores econômicos se destacam: o eletro-metal-mecânico, as confecções, a agroindústria, o madeireiro, o comércio e a prestação de serviços e, mais recentemente, a atividade turística (MENEZES et al, 2006). Portanto, há certo equilíbrio entre população rural e urbana, sendo assim a região segue na contramão da tendência estadual e nacional. A região apresenta um PIB em 2004 de 2.700,39 (em milhões de R\$) e um IDH em 2000 de 0,795 (intermediário).

São abundantes as referências à colonização nos patrimônios artísticos e arquitetônicos dos diversos municípios que compõem a região em questão. Também são importantes para a região as festas religiosas e comunitárias, presentes em todos os municípios. Tais festas promovem a integração entre as comunidades e valorizam a cultura local, mas também demonstram a cultura a serviço do comércio. No que se refere à cultura Xokleng originária observa-se a sua evasão em menos de 100 anos de ocupação da área pelos descendentes europeus. Nesse sentido, destaca-se que essa é uma região rica em termos do patrimônio cultural e natural. Do ponto de vista dos recursos naturais locais, verifica-se que tal região é rica, especialmente, em termos de recurso hídrico, já que suas nascentes contribuem para alimentar a estrutura hídrica que forma a bacia do rio Itajaí.

Do ponto de vista do recurso florestal, a atividade madeireira, atividade preponderante durante o processo de formação socioeconômica da região promoveu o seu esgotamento. Todavia, nos últimos anos o estudo de Frank e Vibrans (2003) demonstrou que a cobertura vegetal já vem apresentando melhorias. É preciso ressaltar que a atividade de reflorestamento recobre uma boa parte das áreas verdes dessa região. Todos os elementos constantes no quadro da trajetória socioeconômica da região do Alto Vale, em certa medida, contribuíram para o delineamento das problemáticas que serão esboçadas e aprofundadas nos itens seguintes.

3 Problemáticas cruzadas: o sistema socioeconômico e o planejamento do desenvolvimento no Alto Vale do Itajaí

O processo de industrialização de Santa Catarina baseou-se no empreendedorismo, a industrialização deu-se de forma descentralizada e o setor têxtil-vestuarista teve grande relevância na formação socioeconômica do Estado. Nos últimos anos, observou-se que algumas regiões do Estado demonstram o esgotamento da dinâmica local com crises setoriais profundas. O setor têxtil-vestuarista sofreu com a abertura econômica e pressões do mercado mundial. A partir desse contexto, no Vale do Itajaí ocorreu uma interiorização do setor têxtil-vestuarista, do Médio Vale para o Baixo Vale e para o Alto Vale. Mais especificamente dentro do quadro microrregional do Alto Vale do Itajaí, área foco deste artigo, percebe-se que além dos fatores citados referentes a escalas mais amplas, a crise do setor extrativista e as enchentes contribuíram para o desenvolvimento da indústria do vestuário na referida região (MENEZES, 2006).

Já no âmbito do planejamento, observa-se em Santa Catarina uma dinâmica bastante peculiar se comparada ao Brasil. O sistema de planejamento conta com cinquenta anos de história e, grande parte das ações realizada contou com a colaboração de instituições regionais. Nos anos 1960 passou a contar com as Associações de Municípios que surgem face às limitações do Governo Federal e Estadual na condução do processo de promoção do desenvolvimento regional e urbano, em 1996 com os Fóruns de Desenvolvimento Regional, em 1997 com os Comitês de bacias Hidrográficas, em 1998 com as Regiões Metropolitanas e em 2003 com as Secretarias de Desenvolvimento Regional. Atualmente, o Estado de Santa Catarina conta com 21 associações de municípios. Elas buscam aumentar o poder reivindicatório dos municípios visando a resolução de problemas comuns. A Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí [AMAVI] foi fundada em 1964. A AMAVI fornece assessoria técnica para os municípios mas também coordena experiências de planejamento regional e urbano no Alto Vale do Itajaí (BUTZKE, 2007).

Em maior ou em menor grau, as associações de municípios têm se envolvido no planejamento de Santa Catarina. As experiências em parceria com o Governo do Estado sofrem com a descontinuidade e com a fragmentação e as iniciativas das associações carecem muitas vezes de uma visão mais ampla do Estado, da internalização da problemática socioambiental e do estímulo a uma maior participação e autonomia da população envolvida nos municípios associados. Além disso, essas associações têm se mostrado pouco atuante no que tange aos problemas socioprodutivos, no caso da AMAVI, percebe-se pouca integração, especialmente com o setor industrial.

A problemática socioambiental traz o desafio, tanto às empresas do segmento têxtil-vestuarista e às associações de municípios [tema deste artigo], quanto ao Estado de Santa Catarina como um todo, de internalizar a preocupação com o socioambiental, com o longo prazo, com o envolvimento da população na resolução dos problemas comuns. Tal reflexão será fundamentada pelo referencial teórico do desenvolvimento territorial sustentável e da pesquisa integrada, elementos que serão apresentados a seguir.

4 A construção do desenvolvimento territorial sustentável e da pesquisa integrada

A construção do enfoque do desenvolvimento territorial sustentável faz parte da tomada de consciência acerca da problemática socioambiental nos anos 1960/1970. Aos poucos os seres humanos foram percebendo que existem limites relacionados ao modelo de desenvolvimento hegemônico. A crise ambiental também se manifesta como crise do conhecimento (RATTNER, 2005). Os especialistas acostumados a lidar com o conhecimento parcial, passam a encarar uma problemática multidimensional que exige um tratamento interdisciplinar (VIEIRA, 2005).

Em 1973 Maurice Strong falou pela primeira vez em ecodesenvolvimento como um estilo alternativo de desenvolvimento para o Terceiro Mundo. Em 1974 Ignacy Sachs retoma o conceito ampliando seu significado. Ele deixa claro a importância de tratar as causas da problemática socioambiental e não os seus efeitos. Em sua dimensão normativa enfatiza a prioridade das finalidades sociais; a prudência ecológica; a auto-confiança, a auto-determinação e a participação no planejamento; e o reenquadramento da economia nesse contexto (SACHS, 1986; VIEIRA, 2005).

O termo ecodesenvolvimento foi logo abandonado por ser considerado radical demais (TONNEAU, 2004). Atualmente, há um consenso quanto a utilização do termo desenvolvimento sustentável. O termo é associado ao Relatório Nosso Futuro Comum, mais conhecido como Relatório Brundtland, no ano de 1987. Sua ênfase consiste na realização das necessidades da geração atual sem prejudicar as gerações futuras (CMMAD, 1987). Muitos consideram o conceito pouco definido, podendo justificar muitos discursos e práticas pouco sustentáveis. Todavia, para os que inscrevem suas reflexões no ecodesenvolvimento o desenvolvimento sustentável é uma oportunidade para consolidar trabalhos antigos e abrir novos espaços para a pesquisa (TONNEAU, 2004).

Outro conceito chave é o de território. O território dentro dessa perspectiva está inserido no espaço, que por sua vez, relaciona um conjunto de elementos, naturais e sociais. Por meio da combinação dos agentes e processos físicos e humanos conduz-se a utilização desse espaço, através da sua apropriação e seu controle. Portanto, o conceito de território tem um componente físico, mas também social e político. Foram as discussões das abordagens territoriais que, definitivamente, recuperaram o conceito de território e o trouxeram para a ordem do dia. Na abordagem proposta por Pecqueur (2004), observa-se que a proximidade geográfica é elemento chave das dinâmicas territoriais de desenvolvimento, pois ela aproxima as pessoas, o que acarreta identificação dos indivíduos com a história do local, a paisagem, o patrimônio humano e cultural e as relações face a face que estão intimamente ligadas às noções de confiança e reciprocidade.

É dentro dessa perspectiva que Pecqueur (2004) evidencia a concepção de território a partir de duas diretrizes, sendo elas: i) do *território dado* – a porção do espaço constituído que é o objeto da observação e que existe *a priori*. Trata-se, geralmente, de um território institucional, ou seja, a região, o cantão, a província etc; ii) do *território construído* - o resultado de um processo de construção estabelecido pelos atores. Isto é, o território construído não existe para todos, ele é fruto da identidade cultural, da existência de laços de reciprocidade, confiança e fidelidade que giram em torno de um problema produtivo comum.

Partindo dos conceitos centrais, desenvolvimento sustentável e território, a seção a seguir apresentará aspectos relacionados a cada estudo de caso. A fim de agregar valor ao enfoque em construção as pesquisas aprofundam os conceitos de Arranjo Produtivo Local, de governança, do impacto socioeconômico e ambiental e do planejamento enfatizando neles a perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável.

4.1 Arranjos Produtivos Locais, governança e impacto socioeconômico e ambiental

No estudo sobre as aglomerações industriais perspectiva, observa-se que um arranjo é uma aglomeração produtiva territorial em estágios intermediários e um SPL seria o último estágio dentro do ciclo de vida de um APL. Isto é, um sistema produtivo local pode se definir como um conjunto de empresas (geralmente MPE's) reagrupadas em um espaço de proximidade em torno de uma atividade, na qual as empresas conservam as relações entre elas e com o meio sociocultural onde estão inseridas e tal sinergia produz externalidades positivas para o conjunto de empresas que a compõe e para o território (COURLET e SOULAGE, 1994; COURLET, 2001). A cooperação é a base desse intercâmbio entre as empresas e significa trabalho em comum, envolvendo relações de confiança mútua e coordenação, em níveis diferenciados, entre os agentes (COURLET e SOULAGE, 1994; COURLET, 2001; LÉVESQUE, 2001; LEMOS, 2003; LASTRES e CASSIOLATO, 2003).

Para tanto, é a partir das análises neoinstitucionalistas que o conceito de sistema de governança que vem tomando largo espaço nas discussões sobre os sistemas produtivos na atualidade. Este conceito, por sua vez, é definido por Hollingsworth *apud* Bourque (2000, p. 10), “[...]como a totalidade dos arranjos institucionais que regulam as transações no interior e através das fronteiras de um sistema econômico”. Os sistemas de governança abriram um espaço de discussão sobre a ação do meio social, cultural, bem como político-institucional dentro das estruturas das atividades econômicas no qual proporcionou um avanço para se pensar as dinâmicas territoriais de desenvolvimento.

Apesar das perspectivas teóricas dos sistemas produtivos locais e arranjos produtivos locais, bem como dos sistemas de governança, contribuirão com o debate sobre desenvolvimento territorial no mundo e no Brasil, reconhece-se que existem lacunas nessas abordagens. Observa-se que tais perspectivas ainda não conseguem inserir em seus arcabouços teóricos a problemática socioambiental. Destaca-se que o debate sobre a questão ambiental e a defasagem teórica do desenvolvimento territorial está sendo encaminhado pelos teóricos do desenvolvimento territorial sustentável, conceito apresentado na seção anterior (VIEIRA, 2005; VIEIRA e WEBER, 2000; VIEIRA e CAZELLA, 2004).

Nesse sentido, tal artigo busca integrar essas perspectivas teóricas, dos sistemas produtivos locais e das contribuições sobre sistemas de governança, a questão socioambiental. Para tanto, busca subsídios nos estudos sobre os impactos ambientais e a sua avaliação. Segundo Sanchèz (1989), a avaliação de impacto ambiental é uma forma de identificar e avaliar os efeitos físicos, biológicos e socioeconômicos de maneira a permitir uma tomada de decisão lógica e racional das ações humanas sobre o meio ambiente. Entretanto, para o autor supracitado o estudo de impacto ambiental, por si só, não irá diminuir a incidência e o impacto sobre o meio natural. Na verdade, é o conjunto composto pela comunidade local, pelos empresários, pelas associações de classe, pelos

órgãos públicos, entre outros atores locais o qual valer-se-ão desse instrumento para planejar o seu território, na medida que passam a conhecer o impacto das suas ações sobre a saúde e a vida humana.

Da mesma forma, as ações produtivas impactam sobre a vida das pessoas e da sociedade. Sendo assim, na avaliação dos impactos sociais das ações produtivas também deve-se levar em conta a avaliação de impacto na área da saúde, avaliação de impacto cultural, avaliação de impacto de herança, avaliação de impacto estético ou avaliação de impacto de gênero, ou seja, deve-se considerar todos os assuntos que afetam pessoas, diretamente ou indiretamente, seja das suas vidas em família ou mesmo do seu convívio social (VANCLAT, 2003). Além de se considerar nesse tipo de estudo a resiliência das comunidades em promover a austeridade, a solidariedade e o empoderamento geral, para resolverem problemas gerados pelo sistema produtivo local.

Portanto, para este artigo a discussão dos sistemas produtivos, bem como dos sistemas de planejamento regional devem contribuir para a efetiva construção de um estilo de desenvolvimento compatível com essa matriz teórica que busca articular as várias dimensões do desenvolvimento, a socioeconômica, a sociocultural, a socioambiental, a política-institucional e a socioespacial. Nesse sentido, o desenvolvimento territorial sustentável é, por hora, um enfoque que deve ser visto como uma construção intelectual em processo de elaboração. Nessa concepção, toma-se como ponto de partida os pressupostos do ecodesenvolvimento que pensa a problemática da degradação sócio-ambiental por meio da mobilização de um conjunto interdependente de critérios de avaliação normativa: (1) prioridade ao alcance de finalidades sociais (satisfação de necessidades básicas – materiais e intangíveis – e promoção da equidade); (2) prudência ecológica; (3) autonomia (ou *self-reliance*) e (4) viabilidade econômica, esse sendo um enfoque de planejamento e gestão, ancorado no território. Esse é um modelo de desenvolvimento mais integrado que surge com a prerrogativa de retomada dos princípios da economia, com o fim de mobilizar conceitos que possam amparar essa abordagem pautada na sustentabilidade e territorialidade (VIEIRA e CAZELLA, 2004).

A próxima seção destaca a proposta do planejamento para o desenvolvimento territorial sustentável. Esta também tem como ponto de partida o ecodesenvolvimento, incorporando posteriormente o conceito de desenvolvimento sustentável e a abordagem territorial.

4.2 Planejamento do desenvolvimento territorial sustentável

A preocupação com a relação do planejamento com a problemática socioambiental surgiu na década de 1960 e tem como marco a Conferência de Bellagio na Itália (JANTSCH, 1969) e, no início dos anos 1970, contou com os trabalhos do Clube de Roma. O planejamento incorporou a teoria dos sistemas e, com o trabalho de Ignacy Sachs conjugou-se com o ecodesenvolvimento (GODARD; SACHS, 1975). Recentemente incorporou o conceito de desenvolvimento sustentável e território a fim de tornar-se mais operacional (CAZELLA; VIEIRA, 2006).

O planejamento sistêmico é normativo, criador de futuro e não determinístico (VAN GUNSTEREN, 1976), tem alto grau de flexibilidade e busca maneiras inovadoras de produzir a mudança do sistema (MELO, 2001). O objetivo do planejamento sistêmico não

é controlar os indivíduos, mas diminuir os distúrbios que muitas vezes as ações individuais criam no sistema. Quando a ação humana é compatível com valores compartilhados, os distúrbios socioambientais são atenuados e a coordenação das ações individuais pode ser alcançada sem a arbitrária restrição à liberdade individual, e sem o apelo a diretrizes rígidas de ação (OZBEKHAN, 1971).

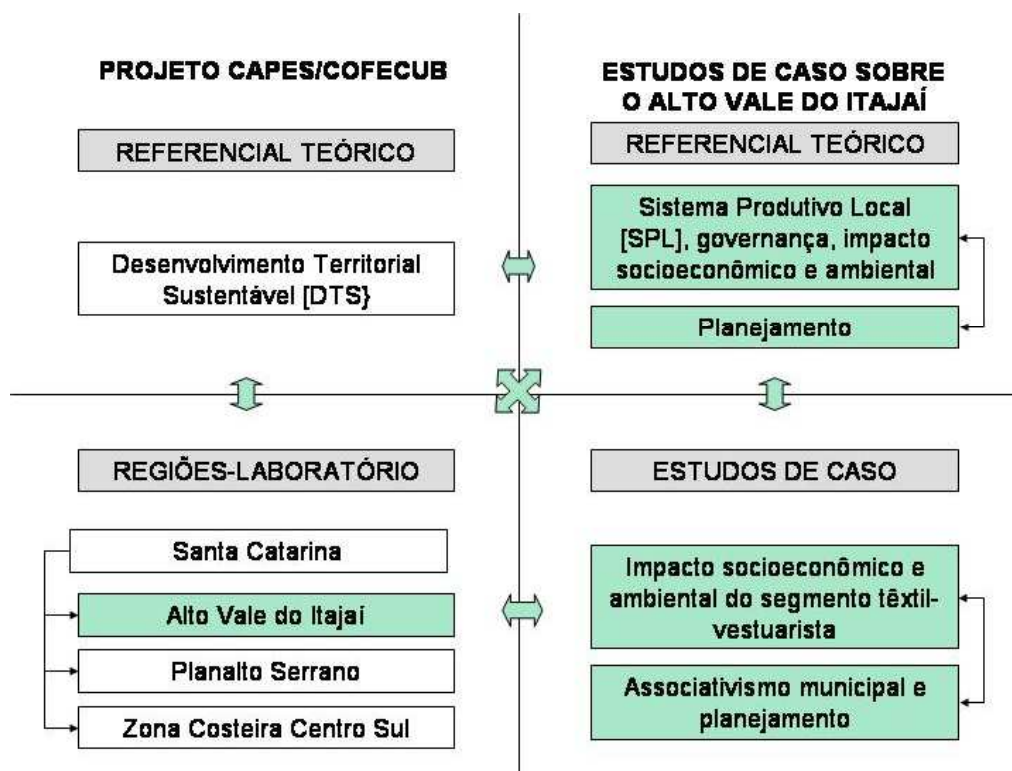
Da confluência dessas teorias e propostas destacam-se alguns aspectos que servirão à análise do caso da AMAVI. O primeiro aspecto se refere a teoria dos sistemas e seu esforço para identificar propriedades, princípios e leis comuns a todos os sistemas. “A idéia de uma abordagem mais global pode estimular uma melhor identificação e inventário de recursos possuídos por uma sociedade para um pensamento melhor e mais criativo sobre seus sistemas” (WOODWORTH, 1976, p. 21). No sistema de planejamento existem escalas verticais e horizontais e a identificação dos aspectos comuns e também da influência que uma escala exerce sobre a outra é de suma importância para a análise das experiências de planejamento de uma dada região.

O segundo aspecto conjuga as preocupações do planejamento sistêmico, do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável com todas as dimensões do planejamento e não meramente a dimensão econômica. A dimensão política, social, econômica, cultural e ecológica devem ser consideradas no planejamento de maneira equilibrada. O planejamento precisa considerar seus processos de concepção, implementação e avaliação como atividades dinâmicas e não como momentos estanques e fragmentados. A dimensão do longo prazo deve ser considerada e também a participação das pessoas envolvidas no planejamento.

Um terceiro aspecto traz a relação das instituições com o planejamento. Um planejamento integrado e flexível necessita de instituições que atuem em diferentes escalas, que se adaptem e sejam flexíveis. Existe uma interdependência entre o planejamento e as instituições. Um tipo de planejamento exige e permite tipos de instituições determinados e vice-versa. Um tipo e um “espírito” de processo de planejamento corresponde a uma estrutura específica da sociedade, que, por sua vez, se exprime através dessas instituições específicas (JANTSCH, 1969). Esses três aspectos nortearão a reflexão e análise do caso da AMAVI. A seguir apresentam-se as interfaces teórico-metodológicas dos dois estudos.

4.3 Interfaces teórico-metodológicas

A metodologia utilizada nos estudos de caso baseou-se no modelo de análise elaborado no âmbito do projeto CAPES/COFECUB (VIEIRA e CAZELLA, 2004). Este projeto, em Santa Catarina, conta com três regiões-laboratório: o Planalto Serrano, a Zona Costeira e o Alto Vale do Itajaí. O Alto Vale do Itajaí contou com alguns estudos, dentre eles, um sobre o segmento têxtil-vestuarista (MENEZES, 2006) e outro sobre associativismo municipal e planejamento (BUTZKE, 2007), ambos tratados neste artigo. O referencial teórico do desenvolvimento territorial sustentável e o estudo de caso em Santa Catarina constituíram o ponto de partida dos estudos de caso. Estes envolveram um aprofundamento teórico ligado ao Sistema Produtivo Local, governança, impacto socioeconômico e ambiental e planejamento. A síntese da pesquisa, as regiões-laboratório e os estudos de caso são sintetizados no quadro a seguir.



Fonte: Elaborado pelas autoras

Figura 2. Síntese da pesquisa.

O modelo de análise utilizado pelo projeto seleciona dois componentes importantes na elucidação das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável: a recuperação da trajetória de desenvolvimento local/regional e a análise do “jogo dos atores” (VIEIRA e CAZELLA, 2004). O primeiro instrumento alimentou a compreensão do estágio atual de desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí e o segundo favoreceu o entendimento da posição – ou dos padrões de racionalidade – dos atores no cenário atual e as perspectivas futuras.

Ambas as pesquisas foram articuladas a partir de três fases: uma análise descritiva, explicativa e prospectiva. A análise descritiva, conforme definido por Vieira (2006), é composta por um diagnóstico cujas fases seriam codificadas em: realizar uma imagem exploratória dos problemas socioambientais e socioeconômica da área, realizar registro da organização social que prevalece e, por fim, realizar um mapeamento das possíveis necessidades básicas e desejos da comunidade. “Um registro criterioso de percepções, atitudes e práticas dos diversos *stakeholders* (usuários de recursos comuns, organizações civis, empresas públicas e privadas, agentes governamentais) [...]” (VIEIRA, 2006). A análise explicativa partiu do diagnóstico descritivo, do ordenamento dos dados e a sua respectiva sistematização, e realizou-se, à luz do enfoque teórico, a análise e interpretação desses dados. Na análise prospectiva, observa-se segundo Vieira (2006), que o diagnóstico explicativo teria a função de alimentar a construção de cenários prospectivos, isto é, realizar um esforço de delinear “futuros” possíveis para a região.

Para orientar a execução dos estudos, além da elaboração do referencial teórico geral e específico, as mesmas foram divididas em três fases, contemplando as fases descritas acima.

- **Fase descritiva:** Nesta fase foi delineada a trajetória do Alto Vale do Itajaí, da aglomeração industrial e do associativismo municipal e planejamento, por meio da avaliação da formação da região buscando identificar como e em que momento emergiu a aglomeração industrial têxtil-vestuarista e o associativismo municipal no Alto Vale do Itajaí.
- **Fase explicativa:** No estudo de caso sobre o setor têxtil-vestuarista a prioridade foi a de identificar e avaliar os padrões de interações existentes entre as empresas do aglomerado têxtil-vestuarista, entre as empresas e instituições de apoio. Na seqüência, num primeiro momento identificaram-se junto aos órgãos ambientais locais, representante do Ministério Público e outras instituições os impactos ambientais e sociais dessa atividade. Num segundo momento, o objetivo foi o de avaliar a preocupação do empresariado local e das instituições de apoio ao setor em relação aos impactos gerados por suas ações produtivas no âmbito social e ambiental. No estudo de caso sobre o associativismo municipal e planejamento esta fase contemplou a análise da trajetória da AMAVI e a análise da atuação da AMAVI nos planos regionais.
- **Fase prospectiva:** Esta fase está diretamente relacionada ao resultado da coleta e respectiva análise dos dados obtidos nas fases anteriores. Nela constam os principais obstáculos gerados pela aglomeração industrial e pelo planejamento no território e quais os possíveis espaços de manobra que poderiam reverter os problemas sociais e ambientais. Junte-se aí a construção de cenários possíveis para o futuro do Alto Vale do Itajaí. Os estudos de caso e as fases da pesquisa estão sintetizados no quadro a seguir.

Quadro 1: As fases da pesquisa e os estudos de caso

FASES DA PESQUISA			
ESTUDOS DE CASO	DESCRITIVA	EXPLICATIVA	PROSPECTIVA
Impacto socioeconômico e ambiental do segmento têxtil-vestuarista	Trajatória socioeconômica do Alto Vale do Itajaí e da aglomeração Industrial	Padrões de articulação institucional Sistemas produtivos e meio ambiente	Avaliação dos principais obstáculos gerados pela aglomeração industrial ao território e quais os possíveis espaços de manobra que poderiam reverter os problemas sociais e ambientais gerados por essa indústria
Associativismo municipal e planejamento	Trajatória do Alto Vale do Itajaí e da AMAVI	Atuação da AMAVI nos planos regionais	Interação sistêmica do planejamento regional e urbano e a AMAVI

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A construção da proposta do desenvolvimento territorial sustentável e da pesquisa integrada é um esforço coletivo. Parte-se de uma problemática comum [a problemática socioambiental], de uma região laboratório [o Alto Vale do Itajaí] e de áreas diferentes do conhecimento a fim de resgatar trajetórias de desenvolvimento inspiradas no ecodesenvolvimento. Para Garcia (1994), o enfoque disciplinar é importante na formação

do pesquisador, ele aprende a explorar em profundidade uma área do conhecimento, um problema específico, uma parte da realidade. O enfoque disciplinar é condição necessária para a interdisciplinaridade. Dessa forma, os dois estudos de caso, com suas especificidades, contribuem para a construção do enfoque e também para uma melhor compreensão do desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí e de Santa Catarina. Os principais resultados dos estudos estão descritos a seguir.

5 Estudos de caso no Alto Vale do Itajaí

5.1 A aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí no contexto do desenvolvimento territorial sustentável

Ao avaliar os fatores condicionantes do surgimento da aglomeração industrial do segmento de confecção do Alto Vale do Itajaí, percebe-se que ela esteve atrelada a um período de crise e de estagnação econômica. Esse fato é confirmado pela pesquisa de campo, na medida que a emergência desse segmento ocorre a partir dos seguintes acontecimentos: i) esgotamento do recurso florestal que acarretou a crise do segmento madeireiro que alimentava e sustentava economicamente a região; ii) no final do ciclo da madeira a microrregião também foi cenário de grandes enchentes (década de 1980) que acarretaram graves problemas socioeconômicos. Além desses fatores condicionantes para o surgimento do segmento vestuarista nessa microrregião, tem-se o processo de interiorização do setor têxtil-confecção do Vale do Itajaí, com maiores reflexos na década de 1990.

É preciso destacar que todas as dificuldades desse período, citadas anteriormente, acarretaram o êxodo populacional. Então, a partir da mobilização das instituições públicas locais, bem como da comunidade¹, emergiu essa indústria no Alto Vale do Itajaí. Ela se estruturou sobre a influência da região de Blumenau (Médio Vale do Itajaí) por meio do intercâmbio de conhecimento e *know how* para a formação da mão-de-obra local, e pela ocorrência da subcontratação. As redes de subcontratação e as interconexões estabelecidas com o Médio Vale do Itajaí contribuíram para que o segmento crescesse na microrregião do Alto Vale do Itajaí. Por meio dos dados da RAIS no período de 1990 e 2000, verifica-se um aumento preponderante no número de empresas e emprego, especialmente, junto as MPE's. Além disso, é possível concluir que a partir do ano 1995 a 2000 é que ocorrem os aumentos mais significativos, tanto em termos de evolução do número de empresas, quanto em termos de evolução do número de empregos gerados (RAIS, 1991; RAIS, 1996; RAIS, 2001; RAIS, 2006).

A atividade têxtil-vestuarista no Alto Vale do Itajaí demonstrou uma vigorosa acessão, baseada fundamentalmente no surgimento de MPE's (micros e pequenas empresas) especializadas em malha e jeans. Essa percepção é comprovada pelos dados do número de empresas e de empregados em 2005 cujo coeficiente locacional² é de 2,37³, podendo ser equiparado ao do Médio Vale do Itajaí, de 2,89, sendo essa última uma região tradicionalmente produtora de tecidos e roupas. Tal fato é bastante curioso já

¹ Já que a ascensão do segmento de confecção deveu-se à iniciativa das mulheres da região; enquanto os homens (maridos) estavam desempregados, em função da crise da atividade madeireira, as mulheres passaram a trabalhar como costureiras para manterem suas casas.

² Relaciona o emprego do setor na região com o do Estado.

³ Dados obtido a partir da RAIS (2006).

que a trajetória socioeconômica do Alto Vale do Itajaí comprova a sua vocação agrícola e não industrial.

Apesar de haver um conjunto de empresas concentradas na microrregião do Alto Vale propícia a formação de um APL, observa-se que as empresas desse segmento ainda têm dificuldade de incorporar preocupações com os outros aspectos do desenvolvimento, o social e o ambiental. Ou seja, os avanços no campo socioeconômico não são acompanhados por avanços nos campos social, cultural e ambiental. O Alto Vale do Itajaí, para ilustrar esse fato, apresenta em 2000 os menores índices, em relação a macrorregião do Vale do Itajaí, de alfabetização, IDHM e renda per capita, sendo 0,795, 0,87 e 0,693, respectivamente. Comparado com as outras duas microrregiões do Vale do Itajaí, o Médio Vale que apresentou índices de 0,82, 0,903 e 0,737 e o Baixo Vale com 0,809, 0,883 e 0,747 respectivamente, o Alto Vale está abaixo da média da sua macrorregião.

É fato que essa atividade vem oferecendo postos de trabalho a região e que há avanços em termos socioeconômicos, afinal a microrregião se reestruturou, no momento de crise, a partir desse segmento. Todavia, essa área que tem certa vocação agrícola voltada para a pequena propriedade, como apontado pelos dados estatísticos citados na seção anterior, sofre com a falta de política pública para o setor e com a migração das pessoas do campo, principalmente dos jovens, para atividades urbanas, sendo uma delas a atividade têxtil-vestuarista. Esse êxodo da atividade agrícola para outras atividades está acarretando, indiretamente, impactos ambientais nas cidades, com o aumento desordenado dos centros urbanos, e no ambiente rural, com a atividade do reflorestamento de espécies exóticas que toma proporções preocupantes e com a mudança cultural, já que inúmeros agricultores estão deixando a atividade agrícola para ingressarem na atividade do vestuário.

Baseado em tudo o que foi descrito até o presente momento e na pesquisa de campo, observa-se que a racionalidade que permeia os atores dessa aglomeração industrial, tanto empresários, quanto instituições de apoio (técnico, financeiro, poder público, associações e entidades de classe etc.) está atrelada à busca pelo crescimento econômico, apontando que o suposto modelo têxtil-vestuarista é um modelo rudimentar e defasado no tempo. A pouca incidência de relações de cooperação acarretadas pela baixa divisão do trabalho dentro do setor, diferentes padrões tecnológicos, ausência de mão-de-obra qualificada, ausência de instituições de pesquisa e testes, despreparo e pouco apoio das instituições de ensino e formação, bem como a dependência das facções frente a empresas do Médio Vale e a pouca articulação entre as empresas, são os motivos que conduziram a situação de um modelo frágil e pouco preocupado com as fragilidades da microrregião. Os modos de regulação desse segmento estão pautados em uma governança territorial hierárquica corporativa, dominada por empresas maiores que demonstram o reforço do potencial oligárquico executivo. Além disso, a questão ambiental é quase desconsiderada dentro dos poucos espaços de discussões sobre a ação dessa atividade dentro do território. As instâncias de planejamento territorial estão aquém da evolução desse setor, caminhando sem integrá-lo frente as discussões dos problemas territoriais.

Portanto, por meio da análise dessa aglomeração industrial à luz da discussão teórica aqui proposta percebe-se que o caminho para o DTS passa necessariamente pela co-construção de uma governança rumo a esse novo modelo de desenvolvimento. O sistema de governança territorial, nessa perspectiva, deverá estar inserido no contexto de

uma aglomeração industrial que leva em conta os atores sociais, concebidos nas suas múltiplas racionalidades (ANDION, 2007). Inserido dentro desse modelo de governança, as questões do mercado devem contemplar as discussões sobre os impactos sociais e ambientais do sistema socioprodutivo sobre o território, pois é no mercado que os humanos realizam suas atividades, ora como trabalhadores, ora como consumidores, e, portanto, tal ambiente precisa ser preparado para estratégias alternativas de desenvolvimento – de acordo com as especificidades socioespaciais, socioculturais, socioeconômicas, sociopolíticas e socioambientais.

Aliada a essa discussão verifica-se que a questão da governança territorial perpassa a discussão do fortalecimento das instituições locais. Nesse sentido, o subitem a seguir busca analisar o papel do associativismo municipal nas experiências de planejamento do Alto Vale do Itajaí, de maneira a trazer para dentro da discussão sobre os sistemas produtivos, sejam eles industriais, comerciais ou de serviços, um debate da importância das instituições locais rumo ao desenvolvimento territorial sustentável.

5.2 O papel da AMAVI no planejamento do desenvolvimento regional e urbano

A AMAVI foi criada em 1964 e sua história pode ser dividida em três períodos. No *primeiro período*, que se estende de 1964 a 1969, a associação atuava como fórum de discussão, mantendo reuniões esporádicas na sede da prefeitura de Rio do Sul. No *segundo período*, de 1970 a 1975, a periodicidade das reuniões aumentou, mas a associação contava com apenas um funcionário. Foi um período de dificuldades financeiras, e alguns prefeitos afastaram-se em função da existência de conflitos político-partidários. Finalmente, o *terceiro período* estende-se de 1976 até hoje. Além da contratação de uma equipe técnica, este período foi marcado por uma intensa prestação de serviços. É importante assinalar também que a AMAVI participou da elaboração de planos diretores para alguns municípios do Alto Vale com metodologia participativa, e também do Plano Básico de Desenvolvimento Regional, do Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico Econômico, do Zoneamento Ecológico Econômico e da experiência dos Fóruns de Desenvolvimento Regional. A atividade do planejamento regional viu-se dificultada pela nova regionalização do governo do Estado. Em 2004, o Alto Vale foi dividido em três Secretarias de Desenvolvimento Regional, que agruparam inclusive municípios que não fazem parte da associação.

Paralelamente à atuação da AMAVI como fórum de discussão dos prefeitos, como prestadora de serviços e como parceira do governo em iniciativas de planejamento regional e urbano, deve ser mencionada a sua participação em iniciativas de dinamização territorial do desenvolvimento. Duas dessas iniciativas são descritas e analisadas.

A primeira delas refere-se ao projeto Tremtur. Através do estímulo da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária [ABPF] teve início um movimento em 1998 com desdobramentos em 2000: a elaboração do Projeto de Revitalização da Estrada de Ferro Santa Catarina [Projeto Tremtur] que contou com a colaboração de várias entidades e pessoas. Sua implementação deverá permitir a recuperação de 23 quilômetros da estrada de ferro, envolvendo todos os municípios pertencentes à AMAVI. O projeto pretende também “dinamizar atividades que contenham e transmitam a riqueza histórica que a ferrovia representou para a região, apresentando novas oportunidades de geração de empregos, novas divisas e a melhoria da qualidade de vida [...]” (AMAVI, 2002, p. 5). Se

expressa no projeto preocupação com os impactos negativos do turismo e a importância do desenvolvimento sustentável.

A segunda iniciativa é a do Plano Diretor Regional Participativo. Este relaciona-se a elaboração e revisão dos planos diretores estimulada pela *Campanha Nacional Plano Diretor Participativo: Cidades de Todos* lançada em 2005 pelo Ministério das Cidades. A idéia do Plano Diretor Regional Participativo surgiu no bojo da 2ª. Conferência das Cidades da Região do Alto Vale do Itajaí e seu lançamento foi realizado em 5 de outubro de 2005 (AMAVI, 2005). De acordo com a FECAM (2005, p. 30), “o diferencial desta proposta consiste na estruturação de cada prefeitura, desde as menores, para o processo de discussão do planejamento do território nas esferas local, micro e regional”.

Percebe-se que a iniciativa tanto do Tremtur quanto do Plano Diretor Regional Participativo sofreram influência externa relacionada, no primeiro caso, à ABPF e, no segundo, ao Ministério das Cidades. Essa influência, juntamente com a motivação da comunidade regional, estimulou o planejamento regional e urbano no Vale do Itajaí.

A AMAVI demonstra uma abertura relativa à participação regional nesses projetos. Porém, é preciso ressaltar que, no caso do Tremtur, a iniciativa não parte da AMAVI e, no caso do Plano Diretor Regional Participativo, a decisão da elaboração do projeto é legitimada pelos prefeitos associados. A participação na associação está condicionada a sua natureza. Trata-se de uma associação de prefeitos, apenas eles dispõem da prerrogativa de uma decisão final. A AMAVI demonstra abertura relativa à participação regional em projetos, como os apresentados, mas não em sua estrutura.

No projeto Tremtur, além da parceria regional, entre diversas instituições e os 28 municípios, existe a parceria entre região do Médio Vale e do Baixo Vale do Itajaí. Esse diálogo colabora para a busca de soluções conjuntas que distribuam os benefícios e minimizem os impactos negativos do projeto. No plano diretor regional participativo é feita a tentativa de superar a visão de plano diretor feito para o município. Ao propor sínteses microrregional e regional abre-se uma discussão mais ampla do planejamento do desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí.

A atividade turística, tema do projeto Tremtur, por um lado, possui um enorme potencial de desenvolvimento e, por outro, um enorme potencial de degradação ambiental, caso não seja devidamente organizada e planejada (BECKER, 2001). Um ponto que pode ser questionado é o turismo enquanto “fim”, pois, o projeto Tremtur é claramente um projeto turístico. Um problema perceptível é que o planejamento do turismo em muitos casos passa de um “meio” a um “fim” em si mesmo. As dimensões social, cultural, econômica, política se subordinam ao turismo. O turismo passa a ser o ponto central do planejamento, subordinando as outras dimensões.

Quando se fala em planejamento turístico, enfatiza-se a sua condição interdisciplinar, pois contemplaria a dimensão ambiental, a dimensão econômica, a dimensão cultural e a dimensão social. É preciso considerar que o projeto Tremtur contempla essas dimensões. Ocorre que, o planejamento deve ser mais amplo que o especificamente turístico. Esse planejamento do desenvolvimento deve oferecer objetivos amplos do que se quer e do que se pode para determinada região. É a partir desses objetivos mais amplos que se mobilizam meios para chegar ao futuro desejado. O turismo é um desses meios, todavia, não pode ser o único.

Nesse sentido, o Plano Diretor Regional Participativo surge como uma possibilidade de um planejamento mais amplo. É no mínimo inovador o papel da AMAVI na elaboração do plano diretor regional participativo. Para além da obrigatoriedade de revisão dos planos já existentes, a AMAVI se propõe a coordenar a elaboração de planos diretores participativos para todos os municípios e fazer sínteses microrregionais e regionais. Nesse caso, a preocupação com os problemas regionais se faz presente e, a tentativa é a de envolver todos os municípios de forma concreta nessa discussão, através dos planos diretores e da discussão conjunta.

Outro ponto que merece destaque é uma incorporação gradual da dimensão socioambiental em ambas as experiências de planejamento. No projeto Tremtur, foi feito um diagnóstico ambiental e, no Plano Diretor Regional Participativo, a dimensão socioambiental também está presente. Dessa forma, pode-se afirmar que a AMAVI, por meio do Tremtur e do Plano Diretor Regional Participativo, incorpora a preocupação com a dimensão socioambiental e também as conexões institucionais transescalares que envolvem a relação tanto com o sistema de planejamento mais amplo (estadual, federal) quanto com o subsistema regional.

Na análise prospectiva foram delineados dois cenários: um cenário de continuidade e um cenário normativo. No cenário de continuidade prevaleceria a vocação da AMAVI para a prestação de serviços e as experiências de planejamento continuariam a ser pontuais. Como o processo decisório da associação depende dos prefeitos associados, a participação da comunidade regional continuaria dependendo da aprovação dos prefeitos.

No cenário normativo a associação fortaleceria a interação com o sistema estadual e federal de planejamento. Sua vocação para a prestação de serviços seria acrescida a uma postura pré-ativa e pró-ativa, comprometida com o desenvolvimento territorial sustentável do Alto Vale do Itajaí.

6 Considerações finais

Neste artigo o objetivo principal foi analisar as interfaces presentes nos estudos integrados a fim de verificar em que medida o setor têxtil-vestuarista e a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí contribuem para o desenvolvimento territorial sustentável da região e de Santa Catarina. Os estudos se inserem num esforço mais amplo de pesquisa envolvendo universidades e instituições de Santa Catarina, Paraíba e França. Para tanto, inicialmente foi feita uma breve introdução e descrição do Alto Vale do Itajaí. Em seguida foi apresentada a problemática e o enfoque analítico. Os estudos analisaram o setor têxtil-vestuarista e o associativismo municipal, cada qual com suas especificidades. O aprofundamento dos temas relacionados ao Sistema Produtivo Local, governança, impacto socioeconômico e ambiental e planejamento contribuem para o referencial que está em construção e para uma melhor compreensão da dinâmica de desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí e de Santa Catarina.

A análise indica que o segmento têxtil-vestuarista surgiu em 1980, fruto da necessidade de superação da crise econômica que se instalou nesse período na microrregião. Ele apresenta um perfil socioeconômico que influencia a vida dessa área, pois é uma atividade geradora de trabalho e renda, em função de ser um segmento excessivo em mão-de-obra. Já o associativismo municipal apresenta um perfil de prestador de serviços aos municípios associados, todavia, nos últimos anos tem

demonstrado iniciativa relacionada ao planejamento regional e a um maior envolvimento com a comunidade local, bem como, uma preocupação crescente com a incorporação da dimensão ambiental em sua agenda.

No rol das limitações foi destacado na pesquisa que o segmento têxtil-vestuarista ainda reproduz uma lógica produtivista que vem incorporando parcialmente as preocupações social e ambiental. Além desse fato, destaca-se que a existência de uma governança empresarial local corporativa agrava ainda mais esse quadro. Tal governança é fruto da baixa representatividade institucional local. A AMAVI, da mesma forma, apresenta limitações relacionadas principalmente a sua estrutura. É uma associação de prefeitos e deles dependem todas as decisões. A consolidação da AMAVI como prestadora de serviços dificulta em muitos momentos a mudança de ênfase da associação. Como os serviços são a prioridade, o planejamento passa a ser dispensável. No caso da incorporação da dimensão ambiental no planejamento, essa vai sendo trabalhada gradativamente.

Ao mesmo tempo, a pesquisa permitiu identificar margens de manobra para experimentações com o enfoque de desenvolvimento territorial sustentável. No âmbito da aglomeração industrial vestuarista verificam-se iniciativas locais no sentido de fortalecer essa atividade e os seus vínculos locais, pois o seu alcance microrregional é amplo. A AMAVI, por ser uma instituição regional consolidada e respeitada poderia ter uma participação mais ativa nos processos de planejamento e desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí. O alcance da associação é amplo e conta com o apoio de todos os prefeitos e muitas instituições.

Além disso, verifica-se com a pesquisa de campo que a análise prospectiva permitiu a visualização de cenários para a região em destaque. Ao tratar das dinâmicas de desenvolvimento sabe-se que não há apenas um caminho a seguir. Nesse sentido, os cenários favorecem a visualização de possibilidades futuras e também permitem que as pessoas interessadas possam discutir e optar pela melhor escolha. No levantamento das potencialidades e limitações do segmento têxtil-vestuarista e do associativismo municipal a criação de cenários é de fundamental importância para o conhecimento e para a tomada de decisão.

Em síntese, os estudos de caso permitiram uma compreensão da trajetória do desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí no que se refere ao segmento têxtil-vestuarista e na relação do associativismo municipal com o planejamento. Dentre os desafios em relação a problemática pesquisada estão o fortalecimento da pesquisa integrada e também do enfoque do desenvolvimento territorial sustentável. Os estudos de caso no Alto Vale do Itajaí precisam ser ampliados para que o desenvolvimento da região possa ser compreendido de forma complexa. São necessários estudos que contemplem outros aspectos e problemas do desenvolvimento da região. A avaliação e análise complexa das regiões-laboratório podem fornecer pistas relacionadas as dinâmicas de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina a fim de que se possam identificar experiências que estejam caminhando na direção do desenvolvimento territorial sustentável.

Referências bibliográficas

AMAVI. **Projeto de revitalização da Estrada de Ferro Santa Catarina**: síntese. Rio do Sul: s.n., mai. 2002.

AMAVI. **Plano Diretor Regional**. POLEZA, Maristela (Coord.). Rio do Sul: s.n., 2005.

ANDION, Carolina. **Atuação das ONG's nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina**: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco. Florianópolis, 2007 (Tese de Doutorado, Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas), UFSC.

BECKER, Bertha K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 1, nº 1, 2001, p. 11-7. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=3&layout=abstract>> . Acesso em: 10 jun. 2007.

BOURQUE, Gilles L. **De l'ancienne à la nouvelle économie**: un processus de modernisation sociale de l'industrie. Cahiers du CRISES. Coleção Working Papers. Mars 2000.

BUTZKE, Luciana. **O papel das associações de municípios na dinâmica de planejamento regional e urbano em Santa Catarina**. Estudo de caso sobre a trajetória da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí. 2007. 142p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

COURLET, Claude; SOULAGE, Bernard. **Industrie, territoires et politiques publiques**. Paris: L'Harmattan, 1994.

COURLET, Claude. **Territoires et régions, les grands oubliés du développement économique**. Paris : L'Harmattan, 2001.

FECAM. **FECAM 25 anos**: consolidação do movimento municipalista. Revista dos Municípios Catarinenses, ano 2, nº 2, jul. 2005.

FRANK, Beate; VIBRANS, Alexander Christian. Uma visão integrada da bacia hidrográfica. In: FRANK, Beate; PINHEIRO, Adilson. **Enchentes na Bacia do Rio Itajaí**: 20 anos de experiências. Blumenau: Edifurb, 2003. p. 191-222.

GARCÍA, Rolando. Interdisciplinariedad y sistemas complejos. In: LEFF, H. (org) **Ciencias sociales y formación ambiental**. Barcelona: Gedisa, 1994, p. 85-124.

GODARD, Olivier ; SACHS, Ignacy. L'environnement et la planification. In: BARRAU, J. et al. **Environnement et qualité de la vie**. Paris, Guy lê prat (col. Bibliotheque de l'environnement, dirigée par Jean A. Ternisien), 1975. p. 207-247.

IEL. **Prospecção para o desenvolvimento tecnológico regional: a região da AMAVI.** Florianópolis: s.n., 2001.

JANTSCH, Erich. **Prospective et Politique.** Paris: OCDE, 1969.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo. Sistemas de inovação e arranjos produtivos locais: novas estratégias para promover a geração, aquisição e difusão de conhecimento. In: **Revista Centro de Ciências Administrativas:** Fortaleza. v. 9, n. 2, dez 2003. pp. 189-195.

LEMOS, Cristina. **Micro, pequenas e médias empresas no Brasil:** novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais. Rio de Janeiro, 2003. (Tese de Doutorado, Engenharia de Produção). UFRJ.

LÉVESQUE, Benoît. **Le partenariat:** une tendance lourde de la nouvelle gouvernance à l'ère de la mondialisation. Enjeux et défis pour les entreprises publiques et d'économie sociale. Cahiers du CRISES. Avril 2001.

MELO, Maria Ângela Campelo de. Planejamento em tempo de incerteza: um paradoxo? **Revista de Ciência e Tecnologia RECITEC,** Recife, v.5, p. 171-186, 2001. Disponível em: <<http://www.fudaj.gov.br/rtec/art/art-027.html>>. Acesso em: 15 ago. 2005.

MENEZES, Elaine C. O. **Impacto sócio-ambiental “territorial” da aglomeração industrial do segmento de confecções sobre a qualidade do desenvolvimento:** o caso do Alto Vale do Itajaí. 2006. (Projeto de qualificação para obtenção do título de doutor, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política), 2006.

MENEZES, Elaine C. O; BUTZKE, Luciana; INÁCIO, Humberto. **Modelo de análise referente ao projeto de pesquisa “Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais do Estado de Santa Catarina”:** estudo de caso na região do Alto Vale do Itajaí. Florianópolis: s.n., 2006.

OZBEKHAN, Hasan. Planning and Action. In: WEISS, P. A. (Ed.). **Hierarchically Organized Systems in Theory and Practice.** Hafner: New York, 1971. p. 123-230.

PECQUEUR, Bernard. **Le développement territorial:** une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud. France: [s.n.], 2004. (mimeo)

RAIS. **Empresas e emprego divisão CNAE 95.** CD Rom. 2006a.

RAIS. **Empresas e emprego classificação CNAE 95.** CD Rom. 2006b.

RAIS. **Empresas e emprego divisão CNAE 95.** CD Rom. 2001.

RAIS. **Empresas e emprego divisão CNAE 95.** CD Rom. 1996.

RATTNER, Henrique. **Abordagem sistêmica, interdisciplinaridade e desenvolvimento sustentável**. s.n.: São Paulo, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.lead.org.br/filemanager/fileview/380/>> Acesso em: 03 jan. 2007.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

TONNEAU, Jean Philippe. Desenvolvimento rural sustentável: novo paradigma ou velhas questões. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel (Org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH, UNICAMP, 2004. p. 81-91.

VANCLAY, Frank. **International principles for social impact assessment**. In: Impact assessment and project appraisal. v. 21, n. 1, march 2003.

VAN GUNSTEREN, Herman R. Constructing a city in speech: planning as political theory. In: BARRY, Brian (Ed.). **Power and political theory: some European perspectives**. London, NY: John Wiles, 1976. p. 191-198.

VIEIRA, Paulo Freire; CAZELLA, Ademir Antônio (org). Modelo de análise referente ao projeto de pesquisa “**Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina**”. Florianópolis: [s.n.], 2004. (mimeo)

VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. Introdução geral: sociedades, natureza e desenvolvimento viável. In: VIEIRA, Paulo Freire e WEBER, Jacques. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000.

VIEIRA, Paulo Freire; CUNHA, Idaulo José. Repensando o desenvolvimento catarinense. In: VIEIRA, Paulo Freire (org). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002, p. 289-310.

VIEIRA, Paulo H. Freire. Gestão de recursos comuns para o ecodesenvolvimento. In: VIEIRA, P. H. F.; BERKES, F. e SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 333-377.

VIEIRA, Paulo H. F. Rumo ao Desenvolvimento Territorial Sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. **Revista Eisforia**, ano 4, v. 4, dez 2006, p. 249-309.

WOODWORTH, Warner Peay. Perspectivas sobre teoria dos sistemas. In: BERTALANFFY, L. V. et al. **Teoria dos sistemas**. Rio de Janeiro: FGV, 1976, p. 9-23.